**O APÓSTOLO PAULO E A LEI**

Pr. Albino Marks

Ampliando o que declaramos sobre o uso da palavra (nómos), lei, por Paulo, analisemos outros textos, alguns, que *“contém algumas coisas difíceis de entender, as quais os ignorantes torcem”* (2Pe 3:16, NVI).

Nos primeiros versos do capítulo oito aos Romanos, Paulo descreveu como Jesus assumiu a culpa do pecador e o libertou da condenação eterna: *“Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómou) do pecado e da morte. O que era impossível à lei, (nómou) porque a carne a votava à impotência, Deus o fez: por causa do pecado, enviando o seu próprio Filho na condição da nossa carne de pecado, ele condenou o pecado na carne, a fim de que a justiça exigida pela lei (nómou) seja realizada em nós, que não andamos sob o domínio da carne, mas do Espírito”* (Rm 8:1-4, TEB).

Nesta parte de sua argumentação, Paulo fecha com uma frase conclusiva de vitória na intensa luta entre querer fazer o bem e na realidade praticar o mal. A vitória é alcançada pelo ato de aceitar e submeter-se a Cristo Jesus. Ele triunfou sobre o autor do mal e a Sua vitória é a garantia de libertação completa para aqueles que O aceitam como seu Substituto, sofrendo a justa condenação da lei.

Na sequência Paulo introduz a lei do Espírito, a lei do pecado, a lei impotente na carne e a lei que exige justiça. Quatro leis em três versos e em argumentos bem sucintos. No grego, a mesma palavra (nómos),qualifica estas quatro leis. Seriam uma e a mesma lei?

Aparentemente o argumento de Paulo parece complicado com tantas leis envolvendo o pecador. Mas, entendendo que toda a argumentação precedente é sobre o pecado acusado pela lei moral; a guerra estabelecida pelo desejo ardente de libertação da lei do poder do pecado; a condenação à morte pela lei moral por causa do pecado; culminando esta situação com o angustiante clamor: *“Quem me livrará desta situação?”* Para então exclamar triunfante: *“Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor!”* (Rm 7:24, 25, NAA), pode entender-se claramente tudo o que segue.

**“Lei do Espírito”.** Paulo argumenta que *“não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómou) do pecado e da morte”* (Rm 8:1, 2, TEB)*.* Que lei do Espírito, lei maravilhosa que liberta da lei, (nómou), do pecado e da morte, é essa? Pode uma lei libertar de outra lei? No caso do argumento de Paulo, a lei do Espírito de vida, pode libertar da lei do pecado e da morte? Estaria Paulo se contradizendo? Estaria negando tudo o que declarou, que o pecador somente pode ser liberto do pecado e da morte pela fé na graça de Deus revelada em Jesus?

No que reside o poder dessa lei do Espírito de vida para obter a libertação da lei do pecado e da morte? Há um detalhe importante ao qual é preciso dar atenção. Paulo declara que o pecador é liberto da lei do pecado e da morte, pela *“lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo”,* por meio de Sua morte substituta, perdoadora e justificadora.

Uma lei em si mesma não tem condições para outorgar perdão e justificar e ainda libertar da morte. Estes atos são da competência de quem possui o poder de avaliar, julgar e decidir. No plano da salvação esta competência pertence exclusivamente a Deus. Ele assumiu a culpa do pecador e pela morte de Jesus, conquistou o direito de oferecer graça e libertar o culpado contrito da sentença de morte da lei moral e da lei do pecado e da morte, que é a escravidão maligna de Satanás. Liberto por graça, das consequências mortais do pecado, é colocado em harmonia com a lei do Espírito de vida, que é a lei moral dos Dez Mandamentos, que teve satisfeita a exigência da sua justiça na morte substituta de Jesus. *“Ele só poderia Se tornar o Salvador e o Redentor sendo primeiro o Sacrifício”* (MM, 2013, p. 249).

Não há mais nenhuma condenação para o transgressor, porque a justa sentença da lei moral foi executada no Substituto legal. A provisão do Substituto, para satisfazer a justiça da lei, foi feita *“antes da fundação do mundo, e manifestado no fim dos tempos por vossa causa”* (1Pe 1:20, TEB). Por determinação deste concerto, Jesus morreu, e a lei que proclamava e exigia a morte do pecador, passou a proclamar a vida do perdoado e justificado por graça pela fé no sacrifício da graça.

**A lei do pecado e da morte.** Que lei é essa? Em Romanos sete, Paulo já fala desta lei com as seguintes palavras: *“Pois eu me comprazo na lei (nómu) de Deus, enquanto homem interior, mas em meus membros descubro outra lei (nómon) que combate contra a lei (nómu) que a minha inteligência ratifica; ela faz de mim o prisioneiro da lei (nómu) do pecado que está em meus membros”* (Rm 7:22, 23, TEB).

Paulo declara francamente que em sua inteligência ratifica a lei de Deus como a norma para a sua conduta, mas em seus membros descobre outra lei que o faz prisioneiro da lei do pecado. A lei de Deus determina um modo de conduta que é combatido pela outra lei, a lei do pecado que determina outro modo de conduta. Em harmonia com a argumentação de Paulo, somente há uma compreensão coerente: a lei (nómu) de Deus é a lei moral e a outra lei, a lei (nómu) do pecado, é o poder do maligno que o escravizou, dominando-o e fazendo-o praticar atos pecaminosos contra Deus, condenados pela lei moral. Mas ele usa a mesma palavra – nómos – para as três leis, que em verdade são duas leis em situações opostas.

**A lei enferma.** Mas, a lei enferma ou impotente na carne, que lei é essa? Que lei se tornou *“enferma pela carne”* (ARA) ou impotente, de tal modo que *“o que fora impossível à lei ‘nómou’ […] isso fez Deus*?*”* (Rm 8:3, ARA). Qual era a função desta lei que se tornou doentia e fraca no desempenho do seu papel?

Interpretando esta lei como sendo a lei moral, certamente entramos em sérios problemas. Paulo mesmo declara: *“De fato, a Lei (nómos)’ é santa, e o mandamento (entole) é santo, justo e bom”* (Rm 7:12, NVI). É difícil aceitar que algo santo, justo e bom se torne enfermo e impotente.

O rei e salmista Davi declarou a respeito da lei como orientadora do relacionamento com Deus: *“a lei do Senhor é perfeita, e revigora a alma”* (Sl 19:7, NVI).

No Salmo 119 é declarado: *“a tua justiça é eterna, e a tua lei é a verdade. [...] Os teus testemunhos são eternamente justos”* (119:142, 144, NVI).

Ellen G. White, fez esta declaração muito importante: “Desde o princípio a grande controvérsia fora a respeito da lei de Deus. Satanás procurara provar que Deus era injusto, que Sua lei era defeituosa, e que o bem do universo exigia que ela fosse mudada. Atacando a lei, visava ele subverter a autoridade de seu Autor. Mostrar-se-ia no conflito se os estatutos divinos eram deficientes e passíveis de mudança, ou perfeitos e imutáveis” (PP, p. 65).

Se a lei que é perfeita, eterna, imutável, justa, verdade e comunica vigor, se tornou enferma e impotente, então a acusação de Lúcifer, Satanás, era justificada. Portanto, esta interpretação precisa ser descartada.

Para ensinar o plano da salvação pela graça e tipicamente satisfazer a justiça exigida pela lei moral, Deus manifestou e colocou em ação o sistema de símbolos e sacrifícios, que durante milênios trazia em si o *“mistério [...] mantido oculto em Deus [...] o Seu eterno plano que Ele realizou em Cristo Jesus”* (Ef 3:9, 10, NVI), pois, todos os símbolos e sacrifícios apontavam para a vinda do Redentor. Pela fé no Redentor vindouro e na apresentação do substituto que era sacrificado, para simbolicamente expiar o pecado, a exigência da lei moral condenando o transgressor, era satisfeita e o pecador era perdoado, justificado e reconciliado com seu Deus.

Porém, este era um processo simbólico e transitório, para ensinar uma verdade real. Não era um ato final no processo do perdão e na remoção do pecado. Sangue de animais não tem o poder para apagar a culpa da transgressão e remover o pecado. Somente um ato legal do Autor da lei, executado em Si mesmo, pode satisfazer a exigência da lei perfeita e imutável.

O que era impossível efetivar pelo ato legal da lei cerimonial, *“porque aquilo que a Lei, (nómou), (lei cerimonial) fora incapaz de fazer”* (Rm 8:3, NVI), tirar os pecados, *“pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados”* (Hb 10:4, NVI), porque os sacrifícios oferecidos repetidamente *“nunca podem remover os pecados”* (Hb 10:11, NVI), *“Deus o fez, enviando seu próprio Filho, à semelhança do homem pecador, como oferta pelo pecado. E assim condenou o pecado na carne, a fim de que as justas exigências da Lei, (nómou), (moral) fossem plenamente satisfeitas em nós”* (Rm 8:3, 4, NVI).

A lei que se tornou enferma e impotente era a lei das cerimônias que foi estabelecida para tipicamente satisfazer *“a justiça exigida pela lei”* moral que condenava à morte.

Enquanto os símbolos e sacrifícios estavam centralizados em Cristo, como o único que pode salvar (At. 4:12), a lei das cerimônias era o instrumento sadio dentro do plano de Deus para tipicamente satisfazer a justiça e conduzir à salvação. Quando os símbolos e sacrifícios foram transformados no meio justificador e salvador, a lei das cerimônias tornou-se doentia e impotente como instrumento para conduzir à salvação, pois suprimiu o Único que tem o poder para salvar: Jesus, o tipificado.

Jesus se referiu a este cumprimento da lei cerimonial quando declarou em Seu sermão proferido na montanha: *“Não penseis que vim suprimir a Lei, (nómon), e os profetas: não vim suprimir, mas cumprir. Pois em verdade eu vos declaro, antes que passem o céu e a terra, não passarão da lei, (nómon), um i nem um ponto do I, sem que tudo haja sido cumprido”* (Mt 5:17, 18, TEB).

**A lei que exige justiça.** Qual a lei que exige justiça? Declara o profeta Isaías: *“O Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós”* (Is 53:6, NVI). A nossa iniquidade, o nosso pecado acusado pela lei moral foi lançado sobre Jesus, para que a justiça da lei fosse satisfeita. A lei cerimonial foi estabelecida para tipicamente satisfazer *“a justiça exigida pela lei”* moral que condenava à morte. Logo, a lei que exige justiça é a lei moral.

Considerando a declaração inspirada do salmista, rei Davi, temos outro argumento para considerar e que esclarece esta questão: *“Então eu disse: eis aqui estou, no rolo do livro está escrito a meu respeito: agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus meu; a tua lei (torah) está dentro do meu coração”* (Sl 40:7, 8, NAA). O autor aos Hebreus, no capítulo 10, aplica esta profecia a Jesus, como Aquele que veio como o sacrifício real para remover os pecados. Depois de dizer: *“entretanto, nesses sacrifícios ocorre recordação de pecados todos os anos, porque é impossível que sangue de touros e de bodes remova pecados”,* introduz a profecia supra e continua: *“Ele remove o primeiro para estabelecer o segundo. Nessa vontade é que temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas”* (Hb 10:3, 4, 9, 10, NAA).

É fácil compreender que a argumentação gira em torno da transição do regime das cerimônias e símbolos - sangue de touros e bodes - para o sacrifício real e perfeito de Jesus. *“Ele remove o primeiro”,* as cerimônias e símbolos, *“para estabelecer o segundo”,* o sacrifício *“do corpo de Jesus Cristo”.* Significa que Jesus nasceu e viveu sob a lei cerimonial e morreu para fazê-la cessar como obrigação espiritual prática, porque na Sua morte substituta foi satisfeita a sentença da lei moral que exigia justiça.

Considerando a expressão do salmista: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”,* relacionada com Hebreus 10:16, teremos um argumento muito importante para avaliar. *“Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: imprimirei as minhas leis (nómous) no oração deles e as inscreverei sobre a sua mente”* (NAA).

Façamos uma contraposição de dois argumentos: *“para resgatar os que estavam sob, ou, debaixo da lei, (nómon)”* (Gl 4:5), e: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”* (Sl 40:8).Estar sob, é estar debaixo de: uma lei, um fardo, uma situação [...]. Ter dentro do coração uma lei, é estar ligado a alguém em relacionamento por amor. Ao fazer a vontade deste alguém, ela é feita por amor e não como uma obrigação legal pesada e enfadonha.

Jesus é o Autor da lei moral, mas também é o Autor da lei do plano da salvação pela graça, e quando veio em forma humana a este mundo, Ele trouxe estas leis em Seu coração. Em verdade não podia ser diferente, porque a lei moral é a expressão do caráter de Deus, e Ele é Deus. Como Deus-homem viveu o relacionamento de perfeito amor para com o Deus-Pai. A lei moral escrita em Seu coração unia-O com indestrutíveis laços de amor a Deus-Pai. *“Assim como tenho obedecido aos mandamentos (entolás), de meu Pai e em seu amor permaneço”* (Jo 15:10, NVI).

No entanto, como também trouxe em Seu coração a lei do plano da salvação, e para Israel esta lei estava tipificada nos serviços e símbolos do santuário, Cristo trouxe em Seu coração a realização do cumprimento de todos os tipos do santuário, e *“foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos; e aparecerá segunda vez, não para tirar o pecado, mas para trazer salvação aos que o aguardam”* (Hb 9:28, NVI).

Portanto, no Salmo 40:7 e 8, a lei, “torah” que *“está dentro do coração de Cristo”,* precisa ser entendido como todo o ensino da Escritura Sagrada, que revela todos os atos necessários para executar e efetivar o plano da salvação. Jesus deixou isto muito evidente em Sua resposta para Satanás, na tentação no deserto: *“Está escrito: ‘Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus”* (Mt 4:4, NVI).

Do mesmo modo, todos aqueles que pela fé aceitam a Sua graça, perdão e justificação, têm esta lei escrita no coração e na mente, pela ação do Espírito Santo, significando que a gratidão por tão grande salvação os conduz à obediência amorosa e espontânea. “*Se vocês obedecerem aos meus mandamentos, (entolás), permanecerão no meu amor”* (Jo 15:10, NVI). *“Pois a lei, (nómos), do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei, (nómon), do pecado e da morte”* (Rm 8:2, TEB).